

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/6480</b>	<b>9892/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Pedido de isenção de taxas municipais relativas ao Estacionamento privativo da ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCF - DCR [ISENÇÕES]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação do pedido de isenção de taxas e outras receitas municipais com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto, nos termos do n.º 4 do artigo H-1/16 do Código Regulamentar do Município de Braga, da ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 19/02/2026

Assunto: Outras isenções e reduções (Artigo H-1/16.º)

## 1 - Dados do pedido:

Requerente:	ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho
NIF:	600083349
N.º registo:	7776/2026 [Pedido de isenção de taxas]
Referência 1	12263/2024_FAT. 26.030/157
Tipo de facto:	Alvará de Licença - Ocupação de espaço público –Estacionamento Privativo

## 2 - Apuramento dos cálculos das taxas:

Taxas			
Descrição	Quant.	Valor unitário	Total
Facto:Ocupação, estacionamento privativo, 1 lugar	1	2 382,00	2 382,00
Facto: Ocupação, estacionamento privativo, 1 lugar	1	2 382,00	2 382,00
Facto:Ocupação, estacionamento privativo, 1 lugar	1	2 382,00	2 382,00
Total			7 146,00

## 3 - Informação da Divisão de Controlo da Receita:

a) O requerente solicitou “Estacionamento Privativo”, em conformidade com o Código Regulamentar d Município, tendo merecido despacho favorável. Foi emitida a renovação anual do Alvará de Licença Estacionamento Privativo n.º **191455**, Alvará de Licença - Estacionamento Privativo n.º **191456** e Alvará d Licença - Estacionamento Privativo n.º **191457**;

b) O requerido poderá ter enquadramento **no n.º 4 do Artigo H-1/16º do CRMB, com fundamento n manifesto e relevante interesse municipal do objeto**;

c) O valor da Isenção/Redução é de **7146,00 €**;

d) O pedido de isenção foi efetuado dentro do prazo previsto no n.º 3 do Artigo **H-1/20.º**, com notificação do ato de liquidação sido efetuada no dia 26 jan. 2026, através da fatura n.º 26.030/157, tend o pedido de isenção ocorrido em **09/02/2026**;

e) Na presente data, face aos elementos disponíveis no sistema informático do Município, não exist registo dívidas do requerente para com o Município de Braga.

**A requerente fundamenta que:** “Desta forma, a ACT atualmente dispõe de autorização de acesso à zon pedonal desde 2017 e para 24h/7 dias por semana em virtude da natureza das competências cometidas ac seus inspetores do trabalho, tendo por base o estatuto profissional da inspeção do trabalho conforme prev o artigo 20 do Decreto-Lei 102/2000: “Estatuto profissional - 1 - O serviço prestado pelos inspetores d trabalho requer disponibilidade permanente, podendo as respetivas funções ser exercidas a qualquer hor do dia ou da noite, incluindo os dias de descanso semanal e Feriados.” Para assegurar a atividade inspetiva ACT dispõe de 5 viaturas com a particularidade das viaturas não serem de uso particular, mas sim de us público, as quais utilizam diariamente os lugares de estacionamento previstos para o efeito situados na imediações das instalações situadas no Rossio da Sé (Rua de Santiago). Tal como acontece com as viatura de outras forças da autoridade, como a polícia judiciária, a polícia de segurança pública, polícia municipa entre outras.

Desta forma resta evidente que os lugares de estacionamento de uso privativo se destinam às viatura propriedade da ACT e afetas ao serviço público prestado pelos Inspetores de Trabalho da ACT.

Agradecemos toda a atenção e consideração dispensadas.

Com os melhores cumprimentos,

O Dirigente,

(Emanuel Gomes).”



O pedido encontra-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos em vigor para efeitos de isenções de taxas, pelo que poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo **H-1/18.º** do CRMB, para a competente decisão.

À Consideração superior,

